



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (30/11) a Quinta-feira (06/12)

Manchetes

Istoé: MPF investiga possíveis torturas após intervenção militar no Rio de Janeiro

G1: Se atos de tortura no RJ forem confirmados, punição pode alcançar oficiais do Exército, diz procurador

Ponte: Justiça Militar arquiva caso de PM que matou entregador de pizza na Grande SP

Brasil de Fato: Em livro, jornalistas mostram que guerra às drogas criou o PCC

Estadão: Operação prende filho da governadora de Roraima por esquema no sistema penitenciário

G1: Gabinete de Intervenção Federal usou menos de 30% do orçamento de R\$ 1,2 bilhão

Folha de S. Paulo: STF tem maioria para liberar indulto de Temer, mas decreto continua suspenso

G1: Secretaria de Justiça do RN nega tortura na Penitenciária de Alcaçuz denunciada em relatório

Estadão: Megaoperação contra grupos criminosos prende 203 pessoas em 14 estados e no DF

G1: Em 5 meses, 1,2 mil tornozeleiras eletrônicas foram rompidas em Goiás

Síntese das notícias

MPF investiga possíveis torturas após intervenção militar no Rio de Janeiro: O

Ministério Público Federal abriu uma investigação por um suposto ato de tortura cometido por membros do Exército depois de uma operação, em agosto, em uma comunidade do Rio de Janeiro, onde os militares controlam a segurança. A operação teve como consequência a detenção de sete adultos e de um menor. Segundo as informações relatadas no processo no estado do Rio, os envolvidos “teriam sofrido, por parte dos militares, agressões físicas consistentes com a prática de tortura”, diz um comunicado do MPF do Rio divulgado na última sexta-feira (30). O escritório de controle da atividade policial do Ministério Público decidiu investigar a veracidade das declarações apresentadas no julgamento das supostas vítimas. Fonte: **Istoé**.

Se atos de tortura no RJ forem confirmados, punição pode alcançar oficiais do

Exército, diz procurador: Caso sejam confirmadas na Justiça, as denúncias de atos de



tortura associados a militares após operação do Exército Brasileiro numa favela do Rio de Janeiro podem levar à punição de oficiais que tenham tido conhecimento das supostas ações. É o que explicou ao **G1** o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira, do Ministério Público Federal (MPF). Esta semana, Oliveira pretende ouvir os oito detidos – entre eles um menor apreendido – que alegaram em juízo terem sido torturados por militares. O procurador também disse já ter solicitado ao Comando Militar do Leste (CML) os nomes dos agentes suspeitos de participação no crime.

Justiça Militar arquiva caso de PM que matou entregador de pizza na Grande SP: O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo determinou arquivamento da investigação sobre o assassinato de David Soares de Freitas, cometido por um soldado da Polícia Militar, em 12 de junho deste ano, em São Caetano, na Grande São Paulo. O PM sustentou que a arma disparou acidentalmente quando ele foi abordar David e o amigo, que estavam em uma moto entregando pizza. Em depoimento à Polícia Civil, o soldado disse que ficou nervoso e deixou a moto oficial da Polícia Militar morrer, o que “acabou dando um forte tranco e balançando a arma de fogo que estava na mão”. O pedido de arquivamento foi sustentado porque, de acordo com o promotor Marcel Del Bianco Cestaro, não é possível concluir que o averiguado agiu com culpa, uma vez que ele não poderia ter conhecimento dos defeitos que sua arma apresentava. Fonte: **Ponte**.

Em livro, jornalistas mostram que guerra às drogas criou o PCC: Especialista em crime organizado, sistema carcerário e violência, o jornalista Bruno Paes Manso foi convidado em 2016 pela Revista Piauí a investigar os motivos por trás da diminuição da violência em São Paulo enquanto a principal facção do Estado, o Primeiro Comando da Capital (PCC) se expandia. Em conjunto com a professora da Universidade Federal da ABC, Camila Nunes Dias, Manso condensou o volume de informações coletadas no livro “A Guerra – Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil”, publicado em agosto deste ano. Na obra, Manso e Dias defendem a ideia de que a política de guerra às drogas criou o crime organizado no país, com um modelo carcerário que, cotidianamente, alimenta e nacionaliza o tráfico. Notícia do **Brasil de Fato**.

Operação prende filho da governadora de Roraima por esquema no sistema penitenciário: **Estadão** informa que uma operação deflagrada pela Polícia Federal



prende, na quinta-feira (29), o filho da governadora de Roraima, Suely Campos (PP), o empresário Guilherme Campos. Ele é suspeito de envolvimento em esquema de desvios de recursos públicos do sistema penitenciário de Roraima. A PF também prende os ex-secretários de Justiça e Cidadania do Estado Ronan Marinho e Josué Filho. De acordo com a PF, o objetivo da operação foi o de desarticular organização criminosa envolvida em desvios de recursos públicos do sistema penitenciário de Roraima, com faturamento próximo a R\$ 70 milhões, entre 2015 e 2018. Foram cumpridos 11 mandados de prisão preventiva e 20 mandados de busca e apreensão, em Boa Vista e Brasília.

Gabinete de Intervenção Federal usou menos de 30% do orçamento de R\$ 1,2

bilhão: O Gabinete de Intervenção Federal (GIF) usou 28,3% do orçamento previsto de R\$ 1,2 bilhão até esta segunda-feira (3), a 28 dias do fim do acordo decretado pelo presidente da República, Michel Temer. A informação foi exibida em reportagem da GloboNews, com base em dados da ONG Contas Abertas. O gabinete usou, em compras, cerca de R\$ 340 milhões – o valor equivale a material empenhado. O gasto em materiais que já estão à disposição das forças de segurança chega a R\$ 80 milhões. Os militares se comprometeram a gastar toda a verba destinada para este período até 31 de dezembro. Fonte: **G1**.

STF tem maioria para liberar indulto de Temer, mas decreto continua suspenso:

Folha de S. Paulo informa que, com maioria de 6 votos a 2 pela constitucionalidade do indulto natalino editado pelo presidente Michel Temer em dezembro do ano passado, o ministro do STF Luiz Fux pediu vista e suspendeu o julgamento indefinidamente. O decreto de Temer perdoava inclusive condenados por corrupção que tivessem cumprido um quinto da pena até 25 de dezembro de 2017, ponto mais controverso da medida e o que motivou o questionamento da Procuradoria-Geral da República no STF.

Secretaria de Justiça do RN nega tortura na Penitenciária de Alcaçuz denunciada

em relatório: A Secretaria de Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte (Sejuc) enviou nota em que nega as práticas de tortura na Penitenciária de Alcaçuz, denunciadas em relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT). O **G1** teve acesso ao documento que traz relatos de casos de humilhação coletiva, desnudamentos, maus-



tratos e constrangimentos de mulheres grávidas e crianças parentes de presos. Também há denúncias de agressões extremas, como espancamentos, dedos fraturados e até desmaios causados por enforcamento com cassetete. Sobre o documento, a Sejuc alega que “é permeado de incorreções e prévios juízos de valor ao apontar suposta prática de tortura na Penitenciária”.

Megaoperação contra facções criminosas prende 203 pessoas em 14 Estados e no

Distrito Federal: O Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOOC), formado por Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos), realizou, na última terça-feira (4), uma megaoperação contra integrantes de seis facções criminosas que atuam em diversas regiões do País. Ao todo, foram cumpridos 200 mandados de prisão e outros 200 de busca e apreensão. Mais três pessoas também foram pegas em flagrante. Outros 66 suspeitos seguem foragidos. Segundo o subprocurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Luiz Sarrubbo, o objetivo seria dismantelar a estrutura organizacional de seis grupos criminosos e, conseqüentemente, desarticular seu fluxo financeiro. Fonte: **Estadão**.

Em 5 meses, 1,2 mil tornozeleiras eletrônicas foram rompidas em Goiás: G1 informa que entre os meses de julho e novembro deste ano, 1,2 mil tornozeleiras eletrônicas, que monitoram presos em regime semiaberto, foram rompidas pelos detentos, em Goiás. De acordo com a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP), o alarme notificando que algum dos equipamentos foi rompido toca ao menos oito vezes por dia na Central de Monitoramento. Segundo levantamento feito pela DGAP, atualmente mais de 4 mil pessoas são monitoradas pelo equipamento. O Ministério Público Estadual de Goiás (MP-GO) afirmou que a equipe responsável por fazer a recaptura dos presos que rompem a tornozeleira é insuficiente.